

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	40
--	----

Motivos de Reapresentação	41
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	52.437
Preferenciais	0
Total	52.437
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2015	Dividendo	23/09/2015	Ordinária		0,22859
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2016	Ordinária		0,04767

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	80.242	74.613
1.01	Ativo Circulante	7.225	1.662
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.225	337
1.01.03	Contas a Receber	0	1.325
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.325
1.01.03.02.02	Juros sobre o capital próprio a receber	0	1.325
1.02	Ativo Não Circulante	73.017	72.951
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.785	4.357
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.785	4.357
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	3.773	4.345
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	12	12
1.02.02	Investimentos	49.631	48.993
1.02.02.01	Participações Societárias	49.631	48.993
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	49.631	48.993
1.02.04	Intangível	19.601	19.601
1.02.04.01	Intangíveis	19.601	19.601
1.02.04.01.02	Ágio/Deságio Investimento	19.601	19.601

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	80.242	74.613
2.01	Passivo Circulante	3.177	5.800
2.01.03	Obrigações Fiscais	8	144
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8	144
2.01.03.01.02	Outras obrigações	8	144
2.01.05	Outras Obrigações	3.169	5.656
2.01.05.02	Outros	3.169	5.656
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.118	5.646
2.01.05.02.05	Outros	51	10
2.02	Passivo Não Circulante	12	12
2.02.02	Outras Obrigações	12	12
2.03	Patrimônio Líquido	77.053	68.801
2.03.01	Capital Social Realizado	49.646	49.646
2.03.04	Reservas de Lucros	27.427	19.211
2.03.04.01	Reserva Legal	7.415	6.857
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	16.512	12.354
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	3.500	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-20	-56

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	10.288	11.803
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-334	-288
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-208	-192
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.830	12.283
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.288	11.803
3.06	Resultado Financeiro	871	920
3.06.01	Receitas Financeiras	871	920
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.159	12.723
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.159	12.723
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.159	12.723
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21281	0,24263
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21281	0,24263

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	11.159	12.723
4.02	Outros Resultados Abrangentes	36	-55
4.02.03	Ganho atuarial de Plano de benefícios	55	-90
4.02.04	Tributos sobre ganhos atuariais	-19	35
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.195	12.668

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.359	15.955
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	230	361
6.01.01.01	Lucro Líquido incluindo CSLL e IRPJ	11.159	12.723
6.01.01.02	Juros e Variações Monetárias	-307	-271
6.01.01.03	Pis/Cofins	208	192
6.01.01.04	Resultado da Equivalencia Patrimonial	-10.830	-12.283
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.129	15.594
6.01.02.01	Impostos e Contribuições a Recuperar	837	-124
6.01.02.02	Dividendos	8.273	13.360
6.01.02.03	Juros Sobre o Capital Proprio	2.986	2.368
6.01.02.04	Contas a Pagar e Outros	33	-10
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.471	-15.820
6.03.01	Pagamento de Dividendos	-2.847	-13.554
6.03.02	Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio	-2.624	-2.266
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.888	135
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	337	202
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.225	337

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	19.211	0	-56	68.801
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	19.211	0	-56	68.801
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	3.500	-6.443	0	-2.943
5.04.06	Dividendos	0	0	3.500	-3.943	0	-443
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.500	0	-2.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.159	36	11.195
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.159	0	11.159
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	36	36
5.05.02.06	Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	0	0	0	0	36	36
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.716	-4.716	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	558	-558	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	4.158	-4.158	0	0
5.07	Saldos Finais	49.646	0	27.427	0	-20	77.053

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	22.854	0	-1	72.499
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	22.854	0	-1	72.499
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-13.344	-3.022	0	-16.366
5.04.06	Dividendos	0	0	-10.720	-3.022	0	-13.742
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-2.624	0	0	-2.624
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.723	-55	12.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.723	0	12.723
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-55	-55
5.05.02.06	Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	0	0	0	0	-55	-55
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.701	-9.701	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	636	-636	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	9.065	-9.065	0	0
5.07	Saldos Finais	49.646	0	19.211	0	-56	68.801

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-334	-288
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-334	-288
7.03	Valor Adicionado Bruto	-334	-288
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-334	-288
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.701	13.203
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.830	12.283
7.06.02	Receitas Financeiras	871	920
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.367	12.915
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.367	12.915
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	208	192
7.08.02.01	Federais	208	192
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.159	12.723
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.500	0
7.08.04.02	Dividendos	3.944	2.847
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.715	9.876

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Uptick Participações S.A. (“Uptick” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores o relatório da administração e as demonstrações contábeis reapresentadas da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Perfil Corporativo

A Uptick é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 8 de setembro de 1997, e que tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, cotista ou consorciada.

A Companhia mantém investimento na sua controlada em conjunto Cosern - Companhia Energética do Rio Grande do Norte (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Estrutura Acionária

A Uptick é controlada por algumas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), as quais exercem o poder de controle de forma indireta, por meio do Ennesa Fundo de Investimento de Ações (“Ennesa FIA”), que detém 99,99% das ações ordinárias e totais de emissão da Companhia.

O Ennesa FIA é um fundo de investimento administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e seus cotistas são: FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, FAELCE – Fundação Coelce de Seguridade Social, CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social, FUNCASAL – Fundação Casal de Seguridade Social e Fundação Itaú.

Reapresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, no âmbito dos trabalhos de reapresentação da sua controlada em conjunto Cia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, objetivando uma melhor apresentação da posição patrimonial e do desempenho operacional e econômico da Companhia, e em

Relatório da Administração

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Aspectos Econômicos e Financeiros

Como empresa de participação (“*holding*”), a Uptick tem suas Receitas Operacionais originadas da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido da COSERN, que no exercício de 2015 foi de R\$ 10.830 (reapresentado).

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro Líquido da Uptick, ao final do exercício, foi de R\$ 11.159 (reapresentado), correspondente ao lucro por ação de R\$ 0,21281 (reapresentado).

Remuneração dos Acionistas

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 30 do estatuto social da Companhia:

“Artigo 30

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único:

As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral.”

Em linha com esse compromisso, a Uptick demonstra abaixo a remuneração distribuída aos acionistas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	<u>2015</u>
	<u>(Reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	11.159
Reserva legal (5%)	(558)
Base de cálculo para dividendos	<u>10.601</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.650
JCP deliberados RCA 30/12/2015	2.500
Dividendos adicionais propostos	1.294
% de lucro distribuído	61%

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Relatório da Administração

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nessa linha, em 31 de dezembro de 2015, a administração da Companhia destinou o montante de R\$ 6.444 para distribuição de dividendos aos acionistas, a ser ratificado por ocasião da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, cumprindo assim o referido compromisso.

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Uptick são listadas no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBOVESPA, sob o código UPKP3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

Informações sobre a COSERN

A COSERN detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30/12/1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 08, firmado em 31/12/1997 com vigência até 31/12/2027. Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a COSERN vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

Os principais destaques do desempenho econômico-financeiro da COSERN em 2015, de acordo com o seu relatório de Administração (reapresentado), são:

- O Lucro Líquido em 2015 foi de R\$ 186.151, um decréscimo de 13,36% em relação a 2014.
- Em 2015, a COSERN deliberou R\$ 142.204 relativos à dividendos (R\$ 87.265 referente ao exercício de 2014 e R\$ 54.939 ao exercício de 2015). A investida deliberou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 33.596 (referente ao exercício de 2015). Adicionalmente, há proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 92.540, a ser aprovado em assembleia.
- Em dezembro de 2015 a dívida bruta consolidada da COSERN, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi R\$ 895.432, apresentando um crescimento de 35,20% em relação a dezembro de 2014.

Para maior entendimento das operações da controlada em conjunto COSERN nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como detalhes adicionais seu desempenho econômico-financeiro, de sua atuação no mercado de capitais, de suas diretrizes estratégicas e outras informações acerca de suas atividades recomenda-se a leitura de suas demonstrações financeiras de 2015 em <http://www.cosern.com.br> ou pelo site da CVM em <http://www.cvm.gov.br>

Audidores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores independentes, não prestaram, em 2015, quaisquer outros serviços não-relacionados à auditoria externa da Uptick.

Relatório da Administração

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2017.

Helder Rocha Falcão
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da Concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimento controlado em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A emissão da reapresentação das demonstrações contábeis individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de setembro de 2017.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda ("*impairment*") é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3. Resumo das Políticas Contábeis

As principais políticas e práticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e nas demonstrações contábeis comparativas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

- i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 5). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis (I, II e III) para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros, sendo que esse ativo financeiro está classificado no Nível I.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos "*pro-rata temporis*" até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

d. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

f. Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

g. Investimento

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas operacionais.

A participação em controlada em conjunto está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

j. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

l. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)** - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)** - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.
- **IFRS 16 – Leases (Arrendamento mercantil)** - Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações;
- **IAS 12 – Income taxes – (alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro)** - O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- **IFRS 14** - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18/IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas;

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18/IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26/IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Reapresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, de modo a refletir nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2015 e 2014 e nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos naquelas datas, os seguintes principais ajustes que foram realizados em sua controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN:

- (a) Registro do complemento da atualização do valor justo do ativo financeiro indenizável.
- (b) Efeito do ajuste do passivo atuarial para correção de premissas utilizadas para determinação das taxas de desconto aplicadas nos cálculos das obrigações atuariais dos planos de benefício pós emprego de exercícios anteriores.
- (c) Recálculo dos encargos setoriais em função da alteração da receita operacional líquida.
- (d) Reversão de provisão para lucro nos resultados (PLR).
- (e) Contabilização referente ao recálculo da alíquota efetiva do PIS e COFINS referente a exercícios anteriores.
- (f) Efeitos tributários decorrentes de todos os ajustes efetuados.

4.1 Reapresentações dos saldos em 31 de dezembro de 2014

	Balanco patrimonial em 2014		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo não circulante			
Investimento em controlada	47.821	1.172	48.993
Total do ativo não circulante	71.779	1.172	72.951
TOTAL DO ATIVO	73.441	1.172	74.613
Passivo circulante			
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	2.847	175	3.022
Total do passivo circulante	5.625	175	5.800
TOTAL DO PASSIVO	5.637	175	5.812

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Patrimônio líquido

Reserva legal	6.819	38	6.857
Reserva de lucros a realizar	11.464	890	12.354
Outros resultados abrangentes	(125)	69	(56)
Total do patrimônio líquido	67.804	997	68.801
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73.441	1.172	74.613

Demonstração do resultado do exercício em 2014

	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	11.547	736	12.283
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.987	736	12.723
Lucro líquido básico por ação	0,22860	0,01403	0,24263

Demonstração do resultado abrangente em 2014

	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	11.987	736	12.723
Outros resultados abrangentes reflexos			
Ganho/ Perda atuarial de Plano de benefícios	(187)	97	(90)
Tributos sobre ganhos atuariais	63	(28)	35
Outros resultados abrangentes reflexos, líquidos de impostos	(124)	69	(55)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	11.863	805	12.668

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 2014

	Reserva de Lucros					Total
	Capital Social	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Legal	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Originalmente apresentado)	49.646	11.464	6.819	(125)	-	67.804
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura		367				367
Efeito dos ajustes em ganhos líquidos s/ ativos atuariais				69		69
Efeito dos ajustes realizados no lucro líquido do exercício					736	736
Efeito dos ajustes realizados na reserva legal			38		(38)	-
Efeito dos ajustes realizados na reserva de lucros a realizar		523			(523)	-
Efeito dos ajustes realizados em dividendos mínimos obrigatórios					(175)	(175)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	49.646	12.354	6.857	(56)	-	68.801

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Demonstração do fluxo de caixa em 2014		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	11.987	736	12.723
Resultado da equivalência patrimonial	(11.547)	(736)	(12.283)

	Demonstração do valor adicionado em 2014		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Valor adicionado recebido em transferência	12.467	736	13.203
Equivalência patrimonial	11.547	736	12.283
Valor adicionado total a distribuir	12.179	736	12.915
Distribuição do valor adicionado	12.179	736	12.915
Remuneração de capitais próprios	11.987	736	12.723
Lucros retidos	9.140	736	9.876

4.2 Reapresentações dos saldos em 31 de dezembro de 2015

	Balanco patrimonial em 2015		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo não circulante			
Investimento em controlada	49.694	(63)	49.631
Total do ativo não circulante	73.080	(63)	73.017
TOTAL DO ATIVO	80.305	(63)	80.242
Passivo circulante			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6.443	(3.325)	3.118
Total do passivo circulante	6.502	(3.325)	3.177
TOTAL DO PASSIVO	6.514	(3.325)	3.189
Patrimônio líquido			
Reserva legal	7.439	(24)	7.415
Reserva de lucros a realizar	16.795	(283)	16.512
Dividendos propostos	-	3.500	3.500
Outros resultados abrangentes	(89)	69	(20)
Total do patrimônio líquido	73.791	3.262	77.053
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80.305	(63)	80.242

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Demonstração do resultado do exercício em 2015		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	12.065	(1.235)	10.830
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.394	(1.235)	11.159

Lucro líquido básico por ação	0,23636	(0,02355)	0,21281
-------------------------------	---------	-----------	---------

	Demonstração do resultado abrangente em 2015		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	12.394	(1.235)	11.159
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	12.430	(1.235)	11.195

	Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 2015						Total
	Capital Social	Reserva de Lucros		Dividendos propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	
		Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Apresentado)	49.646	16.795	7.439	-	(89)	-	73.791
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura					69	928	997
Efeito dos ajustes realizados no lucro líquido do exercício						(1.235)	(1.235)
Efeito dos ajustes realizados na reserva legal			(24)			24	-
Efeito dos ajustes realizados na reserva de lucros a realizar		(283)				283	-
Efeito dos ajustes realizados em dividendos propostos				3.500			3.500
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	49.646	16.512	7.415	3.500	(20)	-	77.053

	Demonstração do valor adicionado em 2015		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Valor adicionado recebido em transferência	12.936	(1.235)	11.701
Equivalência patrimonial	12.065	(1.235)	10.830
Valor adicionado total a distribuir	12.602	(1.235)	11.367
Distribuição do valor adicionado	12.602	(1.235)	11.367
Remuneração de capitais próprios	12.394	(1.235)	11.159
Lucros retidos	5.950	(1.235)	4.715

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Demonstração do fluxo de caixa em 2015		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	12.394	(1.235)	11.159
Resultado da equivalência patrimonial	(12.065)	1.235	(10.830)

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	-	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	7.225	336
	7.225	337

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo. A Companhia iniciou o ano de 2015 com aplicações no fundo de investimento de curto prazo Mellon Cash FI CP, administrado pela Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A.. Em 09 de julho de 2015, transferiu suas aplicações para fundo administrado pelo Banco Bradesco S.A., cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic, gerando rentabilidade de aproximadamente 101%.

6. Tributos a Recuperar

	2015	2014
Não circulante		
Imposto de Renda - IR	3.552	4.181
Contribuição Social - CSLL	221	164
	3.773	4.345

O Imposto de Renda – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributários no valor de R\$ 3.773, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia

7. Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015 (Reapresentado)		2014 (Reapresentado)	
	IR 25%	CSLL 9%	IR 25%	CSLL 9%
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação				
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	11.159	11.159	12.723	12.723
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre o capital próprio recebidos	1.954	1.954	1.559	1.559
Subtotal adições	1.954	1.954	1.559	1.559
(-) Exclusões				
Equivalência patrimonial	(10.830)	(10.830)	(12.283)	(12.283)
Ganho na variação de participações societárias				
Despesa de Juros sobre capital próprio	(2.500)	(2.500)	(2.624)	(2.624)
Subtotal exclusões	(13.330)	(13.330)	(14.907)	(14.907)
Lucro antes das Compensações	(217)	(217)	(625)	(625)
Compensação de prejuízos fiscais	217	217	625	625
Base de Cálculo	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	-	-

Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973/2014, resultante da conversão, com emendas, da Medida Provisória nº 627/2013, promove entre outras providências, alterações no cálculo do Imposto de Renda para as Pessoas Jurídicas, inclusive com a revogação do Regime de Tributação Transitória ("RTT"), a partir de 1º de janeiro de 2015. Entretanto, as companhias têm a opção de adotar antecipadamente as alterações desta Lei.

A Administração da Uptick avaliou o impacto das alterações promovidas pela Lei 12.973/2014, bem como o melhor momento para sua adoção e optou por sua adoção antecipada. Desta forma, a Companhia deixa de considerar os efeitos do ágio na apuração dos montantes devidos de contribuição social e imposto de renda.

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	2015	2014
Cíveis	12	12

9. Investimento

a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	2015 (Reapresentado)	2014 (Reapresentado)
Saldo no início do exercício	48.993	52.051
Equivalência patrimonial	10.830	12.283
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais reflexos	36	(55)
Juros sobre o capital próprio	(1.954)	(2.078)
Dividendos recebidos e propostos (9 c)	(8.273)	(13.208)
Saldo no final do exercício	49.631	48.993

b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	2015 (Reapresentado)	2014 (Reapresentado)
Quantidade de ações da COSERN		
Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Capital social da COSERN	179.787	179.787
Lucro líquido do exercício	186.151	211.024
Patrimônio líquido do exercício	852.888	841.917
Quantidade de ações possuídas pela Uptick:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais – Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes B	1.047.352	1.047.352
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações Uptick:

Participação da Uptick no capital da COSERN

Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro Líquido	11.159	12.723
Patrimônio Líquido	77.053	68.801

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Companhia é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

2015	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
22/04/2015	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,4482195687 ON 0,4930415256 PNA/B	4.483
19/06/2015	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,0594105602 ON 0,0653516162 PNA/B	594
30/09/2015	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,3195884212 ON 0,3515472633 PNA/B	3.196
30/09/2015	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,1954289647 ON 0,2149718612 PNA/B	1.954*

*Aos montantes de JCP supracitados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 1.661.

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2014	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
24/04/2014	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	1,0101932576 ON 1,1112125834 PNA/B	10.102
23/05/2014	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0519475316 ON 0,0571422848 PNA/B	520*
22/08/2014	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,3105824419 ON 0,3416406861 PNA/B	3.106
30/12/2014	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,1558425948 ON 0,1714268543 PNA/B	1.559*

*Aos montantes de JCP supracitados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 1.766.

10. Intangível

	2015	2014
Ágio no investimento	19.601	19.601

O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

11. Impostos e Contribuições a Recolher

	2015	2014
IR sobre serviços de terceiros	1	-
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços de terceiros	3	-
PIS a recolher	1	26
COFINS a recolher	4	118
	8	144

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$ 49.646.

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações em 31 de dezembro de 2015
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.437.002
Outros	1
Total	52.437.003

b) Reservas de Lucros

i. Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram constituídos os montantes de R\$ 558 e R\$ 636, respectivamente.

ii. Reserva de Lucros a Realizar

O resultado da Companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta nesta reserva um saldo de R\$ 16.512 (R\$ 12.354, em 31 de dezembro de 2014) pela falta de expectativa na realização do lucro advindo deste investimento.

A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

A movimentação da conta de reserva de lucros está composta como segue:

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da Reserva de Lucros

Saldo de Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2013	22.854
Reversão de Reserva de Lucros a Realizar em contrapartida a pagamento de Dividendos - RCA de 25/11/2014	(10.720)
Reversão de Reserva de Lucros a Realizar em contrapartida a pagamento de JCP - RCA de 30/12/2014	(2.624)
Constituição de Reserva Legal em 31/12/2014 (reapresentado)	636
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar em 31/12/2014 (reapresentado)	9.065
Saldo de Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2014	19.211
Constituição de Reserva Legal em 31/12/2015 (reapresentado)	558
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar em 31/12/2015 (reapresentado)	4.158
Saldo de Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2015	23.927

c) Outros Resultados Abrangentes - Reflexo

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

d) Resultado básico por ação

O cálculo de lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.944 e dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 3.500.

A composição dos montantes de Dividendos e JCP deliberados em 2015 e 2014 está composta como segue:

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2015				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
30/04/2015	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,228593411	2.847
30/12/2015	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,047676256	2.500
				5.347

2014				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento(*)	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
30/04/2014	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,054037	2.834
25/11/2014	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,204444	10.721
30/12/2014	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,050043	2.624
				16.179

(*) O montante dos Dividendos e de JCP aprovados, respectivamente, nas RCA's de 25/11/2014 e de 30/12/2014 têm como contrapartida a reversão da conta de Reserva de Lucros a Realizar.

A movimentação do saldo da conta de Dividendos e JCP a Pagar é composta como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2012:	5.500
Dividendos e JCP Declarados	6.332
Dividendos e JCP Pagos	(6.732)
Saldos em 31 de dezembro de 2013:	5.100
Dividendos e JCP Declarados	16.191
Dividendos e JCP Pagos	(15.820)
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios (*)	175
Saldos em 31 de dezembro de 2014:	5.646
Dividendos e JCP Declarados	2.943
Dividendos e JCP Pagos	(5.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2015:	3.118

(*) Em função dos ajustes ocorridos no resultado da Companhia, relativos à rerepresentação de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 2014, serão deliberados R\$ 175 a título de complemento de dividendos mínimos obrigatórios.

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base de cálculo para a distribuição de proventos é como segue:

	2015 (Reapresentado)	2014 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	11.159	12.723
Reserva legal (5%)	(558)	(636)
Base de cálculo para dividendos	10.601	12.087
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.650	3.022
JCP deliberados em RCA	2.500	-
Dividendos adicionais propostos	1.294	-
% de lucro distribuído	61%	25%

13. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	2015		2014	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	7.225	7.225	337	337
Contas a receber com controlada em conjunto	Empréstimos e recebíveis	-	-	1.325	1.325
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar à controladora	Outros passivos financeiros	3.118	3.118	5.646	5.646
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	51	51	10	10

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

c) Risco de fraude:

A Companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional.

d) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic.

14. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Serviços de Terceiros	(210)	(154)
Tributos	(208)	(192)
Publicações	(42)	(52)
Contribuição a associações e entidades de classe	(59)	(54)
Outras	(23)	(28)
	<u>(542)</u>	<u>(480)</u>

15. Receitas financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Renda de aplicações financeiras	564	649
Variação monetária	307	271
	<u>871</u>	<u>920</u>

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com Partes Relacionadas e Remuneração dos Administradores

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, (b) FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, (c) Fundação Itaú, (d) FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, (e) CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social, (f) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

Os serviços de assessoria e consultoria foram prestados à Companhia pelo BNY Mellon até 30 de junho de 2015. Durante esse período, a Companhia possuía aplicações financeiras em fundos administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A., conforme descrito na nota 4.

Em 01 de julho de 2015, os serviços de assessoria e consultoria passaram a ser prestados pela Eximia Capital Partners Ltda, que atua no assessoramento aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria da Uptick, incluindo: (i) Assessoramento contábil; (ii) administração de tesouraria; (iii) controle de custos; (iv) suporte aos trabalhos de natureza jurídica; (v) serviços de controle do patrimônio, do fluxo de dividendos e outros recebíveis da Cosern (vi) cumprimento de obrigações legais exigidas pelos órgãos reguladores do mercado e (vii) assessoramento em reuniões de Conselho de Administração ou de Diretoria.

A remuneração dos administradores é realizada integralmente pelos controladores (Fundos de pensão). A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria companhia ou incentivos de longo prazo.

* * *

Helder Rocha Falcão – Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Marcílio Quintino Correia da Silva - Diretor Administrativo
Flávio Freitas Thomaz Pereira - Contador CRC RJ 081603/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Uptick Participações S.A. ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Uptick Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015

Em 22 de março de 2016, emitimos nosso relatório de auditoria, sem ressalvas, sobre as demonstrações contábeis da Uptick Participações S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações contábeis estão sendo reapresentadas em virtude dos assuntos descritos na referida nota explicativa, em conformidade com o previsto na CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1 – Presentation of Financial Statements). Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento

O investimento no Componente Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN representa o principal ativo da UPTICK e possui significativa importância financeira.

Resposta da auditoria ao assunto

Conforme Norma NBC TA 600, realizamos a revisão do auditor da componente, e tivemos acesso à documentação relevante de auditoria. Obtivemos evidência da auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil do investimento da Companhia na COSERN.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consid

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/F

Julian Clemente

Contador CRC 1 SP 197232/O-6 – S – RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2017.

Os diretores da Uptick, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Uptick reapresentadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Atenciosamente,

Helder Rocha Falcão – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcílio Quintino Correia da Silva – Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2017.

Os diretores da Uptick, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório da BDO RCS Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Uptick reapresentadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Atenciosamente,

Helder Rocha Falcão – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcílio Quintino Correia da Silva - Diretor Administrativo

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, no âmbito dos trabalhos de reapresentação da sua controlada em conjunto Cia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, objetivando uma melhor apresentação da posição patrimonial e do desempenho operacional e econômico da Companhia, e em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.